

Litel Participações S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Litel Participações S.A.
Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Litel Participações S.A. (“Litel” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Perfil corporativo

A Litel Participações S.A. (“Litel” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Vale S.A. (“Vale”).

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociados nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3) e Nova York – NYSE (VALE).

A Vale e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

As operações da Vale, constantes nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, já foram divulgadas ao mercado e podem ser obtidas em www.vale.com.br ou por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br)

A Companhia foi signatária do Acordo de Acionistas da Vale (“Acordo”) firmado em 14 de agosto de 2017, com vigência até 9 de novembro de 2020, o qual estabelecia as condições que regiam os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, e regulava, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes eram compartilhadas e tomadas em conjunto com as partes.

Aspectos econômicos e financeiros

Como empresa de participação (“holding”), a Litel tem suas receitas operacionais originadas, basicamente, da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido de Vale, que no exercício de 2022 totalizou R\$ 1.601.187 (R\$ 1.874.476 em 2021).

Receita financeira

No exercício de 2022, a Litel registrou receita financeira de R\$ 9.812 (R\$ 4.702 em 2021), composta, basicamente, por rendimento de aplicações financeiras e juros Selic incidentes sobre créditos tributários.

Litel Participações S.A.
Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas administrativas

No exercício de 2022, as despesas administrativas somaram R\$ 15.465 (R\$ 8.886 em 2021), devido, principalmente, à contratação de serviços de consultoria jurídica e financeira, despesas com publicações legais e outras despesas destinadas à manutenção das atividades da Companhia. Também estão classificados nesse grupo os tributos incidentes sobre os juros sobre capital próprio (“JCP”) deliberados pela Vale nos exercícios, e justificam a variação entre os exercícios devido ao maior volume deliberado em 2022 (vide nota explicativa nº 8).

As atividades da Litel são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Litel, ao final do exercício de 2022, totalizou R\$ 1.778.733 (R\$ 1.941.403 em 2021), correspondente ao resultado por ação ordinária de R\$ 8,25 (R\$ 9,01 em 2021) básico e diluído.

Remuneração dos acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 28 do estatuto social da Companhia.

A Administração deliberou dividendos relativos à reversão de sua reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 155.157 e como complemento à remuneração mínima obrigatória do exercício 2022 no montante de R\$ 196.570.

A Administração deliberou juros sobre capital próprio relativos à reversão de sua reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 46.680 e à antecipação do lucro do exercício social de 2022, no montante de R\$ 106.000.

Deste modo, a distribuição dos resultados do exercício de 2022 é conforme segue:

	2022
Lucro líquido do exercício	1.778.733
Efeito reflexo do investimento	(568.453)
Base de distribuição de proventos	1.210.280
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA (*)	106.000
Dividendos complementares à remuneração mínima obrigatória	196.570
Total deliberado	302.570
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	25,00%

(*) Referem-se à destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício.

Litel Participações S.A.
Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Audidores independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, não prestaram em 2022 quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Litel.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

Litel Participações S.A.

Carlos Eduardo Reich de Sampaio – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcelle Santos de Vasconcellos – Diretora sem designação específica
Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Litel Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Litel Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Litel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

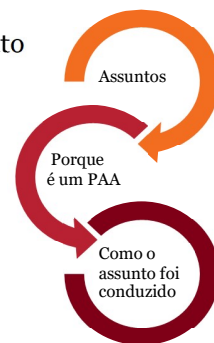
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia ocorridas em 2022. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria e nossa respectiva abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente consistentes àqueles do ano anterior.



Porque é um PAA

Investimento em coligada – Vale S.A. (“Vale”) – (Nota explicativa 8)

O investimento na Vale representa parte substancial dos ativos da Companhia, registrado na rubrica “Investimento em coligada” e contabilizado por equivalência patrimonial. A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, produtora global de minério de ferro e pelotas, dentre outros recursos minerais.

Em razão do rompimento da barragem de Brumadinho (“Evento”), ocorrido em 25 de janeiro de 2019, a Vale ainda mantém registradas em seu balanço provisões para descaracterização de barragens, acordos firmados e indenizações. Essas provisões são reavaliadas pela Vale quando necessário em razão de novas informações e circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2022, o valor das despesas relacionadas ao Evento e à descaracterização de barragens impactaram o resultado da Vale no montante de R\$ 5.956 milhões.

Devido à natureza das incertezas quanto à mensuração dos impactos contábeis inerentes a esse tipo de evento, os valores reconhecidos e divulgados deverão ser revistos e poderão vir a ser ajustados de forma significativa em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Vale apresentam outras estimativas contábeis significativas que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro das transações e saldos contábeis, dentre elas provisões para contingências tributárias.

Em função do exposto acima sobre o investimento na Vale, esse assunto foi considerado como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale.

Os procedimentos de auditoria envolveram, adicionalmente, a consideração dos trabalhos executados e conclusões dos auditores independentes da Vale quanto à razoabilidade das premissas e metodologia aplicadas pela administração.

Também, efetuamos leitura das divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia, à luz dos requisitos contábeis.

Consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Litel Participações S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.890	5.931
Títulos e valores mobiliários	6	61.493	-
Tributos a recuperar	7	6.527	8.447
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	116.480	-
Total do circulante		<u>186.390</u>	<u>14.378</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	-	57.872
Tributos a recuperar	7	46.964	30.427
Investimento em coligada	8	3.123.312	2.975.017
Ágio do Investimento	8	27.341	27.341
Total do não circulante		<u>3.197.617</u>	<u>3.090.657</u>
Total do ativo		<u>3.384.007</u>	<u>3.105.035</u>
Passivo			
Circulante			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10	256.570	9.500
Tributos e contribuições a pagar	9	2.092	54
Outras contas a pagar		176	171
Total do circulante		<u>258.838</u>	<u>9.725</u>
Total do passivo		<u>258.838</u>	<u>9.725</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10	21.844	21.844
Ajustes de avaliação patrimonial		3.474	406.196
Reservas de lucros		3.099.851	2.667.270
Total do patrimônio líquido		<u>3.125.169</u>	<u>3.095.310</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.384.007</u>	<u>3.105.035</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto o resultado por ações do capital social

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas	12	(15.465)	(8.886)
Resultado de participação societária em coligada	8	1.601.187	1.874.476
Resultado de variação do percentual de participação societária	8	183.666	74.097
		<u>1.769.388</u>	<u>1.938.260</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
Receitas financeiras	13	9.812	4.702
Despesas financeiras	13	(467)	(1.559)
		<u>1.778.733</u>	<u>1.941.403</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-
		<u>1.778.733</u>	<u>1.941.403</u>
Lucro líquido do exercício			
Lucro por ações do capital social – Básico e diluído – Em R\$		<u>8,25416</u>	<u>9,00902</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	1.778.733	1.941.403
Outros resultados abrangentes reflexos:		
Movimento reflexo do investimento	(402.722)	(626.898)
	<u>(402.722)</u>	<u>(626.898)</u>
Total do resultado abrangente	<u>1.376.011</u>	<u>1.314.505</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.844	4.369	1.321.173	308.162	-	1.033.094	-	2.688.642
Lucro líquido do exercício							1.941.403	1.941.403
Outros resultados abrangentes:								
Movimento reflexo do investimento						(626.898)	(53.117)	(680.015)
Destinação do resultado do exercício:								
Juros sobre capital próprio deliberados							(52.500)	(52.500)
Dividendos intermediários deliberados			(68.220)	(308.162)			(425.838)	(802.220)
Dividendos adicionais propostos					273.292		(273.292)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.844	4.369	2.389.609	-	273.292	406.196	-	3.095.310
Aprovação dos dividendos adicionais propostos					(273.292)			(273.292)
Lucro líquido do exercício							1.778.733	1.778.733
Outros resultados abrangentes:								
Movimento reflexo do investimento						(402.722)	(568.453)	(971.175)
Destinação do resultado do exercício:								
Juros sobre capital próprio deliberados			(46.680)				(106.000)	(152.680)
Dividendos deliberados			(155.157)				(196.570)	(351.727)
Constituição de reservas			907.710				(907.710)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.844	4.369	3.095.482	-	-	3.474	-	3.125.169

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	1.778.733	1.941.403
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.601.187)	(1.874.476)
Resultado de variação de percentual de participação societária	(183.666)	(74.097)
Juros e variações monetárias	(8.659)	(2.637)
	<u>(14.779)</u>	<u>(9.807)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	8.459	(3.593)
Tributos e contribuições a pagar	3.500	11.523
Outras provisões	6	(84)
Custo de transação das debêntures	-	1.407
	<u>11.965</u>	<u>9.253</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.462)	(11.490)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(4.276)</u>	<u>(12.044)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	528.346	1.086.804
Aplicação em títulos e valores mobiliários	2.519	10.479
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>530.865</u>	<u>1.097.283</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(530.630)	(937.569)
Debêntures pagas	-	(151.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(530.630)</u>	<u>(1.088.880)</u>
Redução do caixa e equivalentes no exercício	<u>(4.041)</u>	<u>(3.641)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.931	9.572
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u><u>1.890</u></u>	<u><u>5.931</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Insumos adquiridos de terceiros	(2.788)	(3.101)
Serviços contratados	(2.788)	(3.101)
Valor adicionado líquido	(2.788)	(3.101)
Valor adicionado recebido em transferência de terceiros	1.794.665	1.953.275
Resultado de participações societárias	1.601.187	1.874.476
Ganho na variação do percentual de participação societária	183.666	74.097
Receitas financeiras	9.812	4.702
Atualização Selic s/ IR a compensar	2.519	579
Rendimento s/ títulos de renda fixa	7.293	4.123
Valor adicionado total a distribuir	1.791.877	1.950.174
Impostos federais PIS e COFINS sobre JCP	12.677	5.785
Remuneração de capitais de terceiros		
Outras despesas financeiras	467	328
Juros s/ debêntures	-	2.658
Lucros retidos	1.476.163	1.463.065
Dividendos e JCP deliberados	302.570	478.338
Valor adicionado distribuído	1.791.877	1.950.174

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais.

A Companhia possui participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale"), que é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociados nas bolsas de São Paulo - B3 (Vale3) e Nova York - NYSE (VALE).

A Vale e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia foi signatária do Acordo de Acionistas da Vale ("Acordo") firmado em 14 de agosto de 2017, com vigência até 9 de novembro de 2020, o qual estabelecia as condições que regiam os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, e regulava, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes eram compartilhadas e tomadas em conjunto com as partes. O tratamento contábil do investimento em Vale está detalhado na nota explicativa nº 2.7.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria e Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Esses julgamentos são baseados

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

na experiência, conhecimento e interpretação dos fatos e circunstâncias existentes e conhecidos na data do balanço e outros fatores. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão desses julgamentos. O item que requer maior nível de julgamento e têm maior complexidade está divulgado na nota explicativa nº 2.7.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3 Ativos financeiros

a. Classificação

A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

b. Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e, são classificados segundo os preceitos do pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

c. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

d. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Impairment de ativos

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável ("unidade geradora de caixa" ou "UGC") e é realizado teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de *goodwill* são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi reconhecida nenhuma provisão para fins de *impairment* nos ativos financeiros da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com vencimento de longo prazo, liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado).

2.7 Investimentos em coligada

Com o término do Acordo de Acionistas da Vale, mencionado na nota explicativa nº 1, a Vale deixou de ser caracterizada como uma controlada em conjunto da Companhia, entretanto, ainda mantém a influência significativa na Vale. A manutenção da influência significativa deve-se principalmente ao fato de que a PREVI, controladora da Litel, é detentora diretamente de participação acionária de 9,13% das ações em circulação (8,56% do total das ações) na Vale em 31 de dezembro de 2022 e tem conselheiro por ela indicado para o Conselho de Administração da Vale. Portanto, a PREVI participa das decisões relevantes da Vale. Assim, a Litel é o veículo que a própria PREVI utiliza como sua extensão para manter o investimento em Vale, sem que a Litel tenha qualquer outra operação. Por fim, Litel e PREVI indicam em conjunto as mesmas pessoas para os cargos decisórios na Vale.

Dessa forma, o investimento da Litel em Vale está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, em razão da Companhia ser uma extensão da sua Controladora, que por sua vez, nos termos do IAS 28/CPC 18 (R2) possui evidência de influência significativa em Vale.

A participação da Companhia é reconhecida da seguinte forma:

- (i) nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado;
- (ii) nos resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado abrangente;
- (iii) nas demais movimentações patrimoniais é reconhecida de forma reflexa no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas de diluição são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio integrar o valor contábil dos investimentos, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

A participação da Companhia na sua coligada, excluídas as ações em tesouraria, é a seguinte:

Coligada	2022	2021
Vale S.A.	1,67%	1,55%

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.8 Resultado financeiro

O resultado financeiro inclui os rendimentos, encargos, multas e juros de mora e variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes, e quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.9 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.10 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA) de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3 Novas normas e interpretações

Determinadas normas e interpretações contábeis foram emitidas pelo IASB, porém ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Entretanto, não é esperado que a adoção dessas normas tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem, substancialmente, das operações realizadas pela Vale (conforme indicado logo abaixo), exceto em relação a fatores de risco relacionados a taxa de juros, principalmente decorrentes da oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade da taxa de juros é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidades	7	4
CDB de aplicação automática	1.883	5.927
	1.890	5.931

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que suas aplicações de recursos se concentrem em títulos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos da Companhia estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), emitido pelo Banco do Brasil S.A., que possui rentabilidade de 96% do CDI e liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

O saldo de Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 61.493 (R\$ 57.872 em 2021), está relacionado à aplicação em Certificado de Depósito Bancário - CDB do Banco Safra, remunerado à 102,55% do CDI (106,50% do CDI em 2021), com vencimento em 2023.

7 Tributos a recuperar

	2022	2021
IRPJ e CSLL - Ativo circulante	6.527	8.447
IRPJ e CSLL - Ativo não circulante	46.964	30.427
	53.491	38.874

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

8 Investimentos

Dados da coligada	Vale
Patrimônio líquido em:	
31 de dezembro de 2021	192.402.612
31 de dezembro de 2022	187.112.254
Lucro líquido em:	
31 de dezembro de 2021	121.227.595
31 de dezembro de 2022	95.924.398
Percentual de participação em:	
31 de dezembro de 2021	1,55%
31 de dezembro de 2022	1,67%
Quantidade de ações possuídas em:	
31 de dezembro de 2021	74.832.355
31 de dezembro de 2022	74.832.355

Movimentação do investimento	Vale
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2020	2.710.130
Resultado de equivalência patrimonial	1.874.476
Resultado de variação de percentual de participação	74.097
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo da coligada (*)	(680.015)
Dividendos e JCP deliberados	(1.003.671)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2021	2.975.017
Ágio do investimento	27.341
Saldo de investimentos + ágio em 31 de dezembro de 2021	3.002.358

	Vale
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2021	2.975.017
Resultado de equivalência patrimonial	1.601.187
Resultado de variação de percentual de participação	183.666
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo da coligada (*)	(971.175)
Dividendos e JCP deliberados	(665.383)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2022	3.123.312
Ágio do investimento	27.341
Saldo de investimentos + ágio em 31 de dezembro de 2022	3.150.654

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- (*) Os ganhos e perdas não realizados, decorrentes, basicamente, de ajustes de conversão, de instrumentos financeiros, de obrigações com benefícios de aposentadoria e outros efeitos reconhecidos no patrimônio líquido da coligada são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado desde então, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, a Companhia analisa anualmente indicadores internos e externos, a partir de premissas disponíveis no mercado, tais como projeção de preço das *commodities* e volumes de produção. É considerado também o critério de valor de mercado, utilizando a média ponderada das cotações das ações da Vale no período.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi reconhecida nenhuma provisão para fins de *impairment* nos ativos da Companhia.

Vale S.A.

A Vale recomprou 178.815.500 ações ordinárias em 2022 (291.184.500 ações em 2021), concluindo assim os programas de recompra de ações da Vale, aprovados pelo seu Conselho de Administração em 2021.

Em maio de 2022, a Vale iniciou um novo programa de recompra de ações ordinárias que será implementado ao longo dos 18 meses seguintes. Até 31 de dezembro de 2022, a Vale recomprou 178.627.077 ações ordinárias.

Em 2022 o Conselho de Administração da Vale aprovou o cancelamento de 353.569.147 ações ordinárias de sua emissão (152.016.372 ações ordinárias em 2021), adquiridas nos programas de recompra, sem redução do valor do seu capital social.

Diante do exposto acima, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Vale está dividido em 4.483.079 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria.

A variação no percentual de participação ocorrida em 2022, de 0,122973% (0,087500% em 2021), oriunda dos programas de recompra e cancelamento de ações ordinárias da Vale, gerou um ganho de R\$ 183.666 (R\$ 74.097 em 2021), que foi reconhecido no resultado do exercício como resultado de variação do percentual de participação societária.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7, apesar do término do acordo de acionistas, o investimento na Vale segue sendo avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Apenas para fins informativos, o valor justo do investimento, utilizando como referência o preço das ações ordinárias da Vale negociadas na B3 (Vale3) no fechamento de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.651.100.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(i) Transações relevantes da Vale

Considerando que a participação que a Companhia possui na Vale é seu principal ativo, julgamos relevante destacar os eventos e transações que impactaram o Balanço Patrimonial, os Fluxos de Caixa e o Resultado da Vale, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esta nota explicativa está apresentada em milhões de Reais.

Rompimento da barragem de Brumadinho - a Vale ainda mantém registradas, em seu balanço, provisões para descaracterização de barragens, acordos firmados e indenizações. Essas provisões são reavaliadas pela Vale quando necessário em razão de novas informações e circunstâncias. Em 2022, o valor de adições nessas provisões impactou o resultado da Vale no montante de R\$ 5.956 (R\$ 14.379 em 2021).

Operações descontinuadas (Carvão) – Em abril de 2022, a Vale concluiu a venda das operações de carvão para a Vulcan Resources, pelo valor de R\$ 1.285. Com a conclusão da transação, a Vale registrou um resultado de operações descontinuadas no valor de R\$ 9.818, principalmente em função da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão, no montante de R\$ 14.636, que foi parcialmente compensada pela baixa do saldo de participação de acionistas não controladores no valor de R\$ 2.783 e perdas por *impairment* no valor de R\$ 2.867.

Redução de capital de controlada no exterior – Em agosto de 2022, a Vale aprovou uma redução de capital da VISA no valor de R\$ 7.885, que resultou em um ganho de R\$ 7.938 devido à reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido para o resultado do exercício, registrado em “Outros itens financeiros, líquidos”.

Venda do Sistema Centro-Oeste – Em julho de 2022, a Vale concluiu a venda das operações do Sistema Centro-Oeste para a J&F Mineração Ltda (“J&F”) e recebeu R\$ 745, além de transferir à J&F as obrigações relacionadas aos contratos de logística *take-or-pay*. Em função deste acordo, a Vale registrou um ganho no valor de R\$ 5.620 devido à reversão do *impairment* do ativo imobilizado e da provisão registrada para os contratos de logística. Adicionalmente, a Vale reconheceu um ganho de R\$ 188 devido à reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido para o resultado do exercício, registrado em “Outros itens financeiros, líquidos”.

Venda da California Steel Industries (“CSI”) – Em fevereiro de 2022, a Vale vendeu sua participação de 50% na CSI para a Nucor Corporation (“Nucor”), pelo valor de R\$ 2.269. Com a conclusão da transação, a Vale reconheceu um ganho de R\$ 1.520, principalmente em função da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão para o resultado do exercício, registrado em “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures”.

Venda da Companhia Siderúrgica do Pecém (“CSP”) – Em julho de 2022, a Vale assinou, em conjunto com os demais acionistas, um acordo vinculante com a ArcelorMittal para a venda da CSP. O valor de aproximadamente R\$ 11.500, que será recebido no fechamento da transação, será integralmente utilizado para a liquidação antecipada da dívida líquida da CSP, no valor de aproximadamente R\$ 11.500. A Vale não espera registrar um impacto material no resultado com o fechamento desta transação, visto que a Companhia já reconheceu um *impairment* no valor de R\$ 685 no resultado do exercício.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados pela Vale

A movimentação de proventos deliberados e pagos pela Vale, referentes aos exercícios de 2022 e 2021, está composta da seguinte forma:

	2022	2021
Saldo inicial	-	92.514
JCP deliberados no exercício	137.046	62.540
IRRF s/ JCP deliberados no exercício	(20.556)	(9.381)
Recebimento de JCP no exercício	(97.916)	(53.159)
Dividendos deliberados no exercício	430.431	941.131
Recebimento de dividendos no exercício	(430.431)	(1.033.645)
Dividendos complementares à remuneração mínima obrigatória da Vale	97.906	-
	116.480	-

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 25 de fevereiro de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 21.865.666, correspondente ao valor total bruto de R\$ 4,261647219 por ação ordinária, cabendo a Litel os montantes de R\$ 62.540 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 256.368 a título de dividendos, dos quais R\$ 92.514 foram reconhecidos contabilmente como dividendos mínimos obrigatórios a receber nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. Os proventos foram pagos pela Vale em 15 de março de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 17 de junho de 2021, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 11 bilhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 2,177096 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 163.858, que foi pago pela Vale em 30 de junho de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 16 de setembro de 2021, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 40,2 bilhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 8,197239 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 613.419, que foi pago pela Vale em 30 de setembro de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 17,8 bilhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 3,719256 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 278.321, que foi pago pela Vale em 16 de março de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 28 de julho de 2022, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 16,2 bilhões, dos quais R\$ 2,032680 por ação ordinária como dividendos e R\$ 1,539376 por ação ordinária como juros sobre capital próprio, cabendo a Litel os montantes de R\$ 152.110 e R\$ 115.195, respectivamente, que foram pagos pela Vale em 1 de setembro de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 1 de dezembro de 2022, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1,3 bilhões, correspondente

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

ao valor total bruto de R\$ 0,292013 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 21.852, que ainda aguarda pagamento.

Em suas demonstrações financeiras de 2022, a Vale divulgou R\$ 5.8 bilhões referentes à remuneração mínima obrigatória do resultado do exercício 2022, cabendo a Litel o montante de R\$ 97.906, que ainda aguarda pagamento.

9 Tributos e contribuição a pagar

	2022	2021
PIS e COFINS	2.062	27
Tributos retidos s/ serviços tomados	10	9
Outros tributos a pagar	20	18
	2.092	54

Para os anos-calendário 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é composto por 215.495.403 ações ordinárias, todas sem valor nominal e a participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	ON	%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	173.737.086	80,62%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	24.785.521	11,50%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	14.951.594	6,94%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.021.031	0,94%
Fundação CESP	171	<0,00%
	215.495.403	100,00%

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 4.369.

A Companhia deixou de constituir em 2012 a reserva legal por ter atingido os limites legais.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 3.095.482 (R\$ 2.389.609 em 2021), poderá ser distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Reserva especial de dividendos não distribuídos

Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao resultado do exercício de 2018 que não foram distribuídos, por ser incompatível com a situação financeira da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2019. Essa reserva, no montante de R\$ 308.162, foi distribuída como dividendos na sua totalidade em 1º de outubro de 2021, conforme descrito na nota explicativa nº 10.h).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Em atendimento ao CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28), a Companhia reconhece de forma reflexa todas as movimentações ocorridas no patrimônio líquido da Vale, classificadas como resultados abrangentes. O movimento reflexo do investimento refere-se aos ganhos e perdas não realizados, decorrentes, basicamente, de ajustes de conversão e de instrumentos financeiros, de obrigações com benefícios de aposentadoria e outros efeitos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 3.474 (R\$ 406.196 em 2021).

f. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação societária. Os montantes de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Vale. A administração acredita que os proventos a serem recebidos da Vale no futuro, serão suficientes para quitar os proventos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.778.733	1.941.403
Efeito reflexo do investimento	(568.453)	(53.117)
Base de distribuição de proventos	1.210.280	1.888.286
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA (*)	106.000	52.500
Dividendos intermediários deliberados em RCA (*)	-	425.838
Dividendos complementares à remuneração mínima obrigatória	196.570	-
Dividendos adicionais propostos	-	273.292
Total proposto	302.570	751.630
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	25,00%	39,80%

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(*) Referem-se à destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício.

g. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve variação na quantidade de ações ordinárias da Companhia.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.778.733	1.941.403
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	215.495	215.495
Lucro básico e diluído por ação – R\$	8,25	9,01

h. Dividendos e juros sobre capital próprio

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 9.400, correspondente a R\$ 0,04362042 por ação ordinária do capital social relativos à antecipação do resultado do exercício de 2020.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos relativos ao exercício de 2020 no montante total de R\$ 160.569, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,745115 e ao valor líquido de R\$ 0,633348 por ação do capital social, sendo:

- (i) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 15.500, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,071927 e ao valor líquido R\$ 0,061138 por ação do capital social, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2020 aos acionistas detentores de posição acionária em 06 de janeiro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021;
- (ii) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 9.400, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,043620 e ao valor líquido R\$ 0,037077 por ação do capital social, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021 aos acionistas detentores de posição acionária em 03 de março de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021;
- (iii) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 67.449, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,312995 por ação do capital social, aos acionistas detentores de posição acionária em 29 de abril de 2021, que foram pagos em 30 de abril de 2021; e,
- (iv) Dividendos adicionais no montante de R\$ 68.220, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,316573 por ação do capital social, aos acionistas detentores de posição acionária em 29 de abril de 2021, que foram pagos em 30 de abril de 2021.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 28 de junho de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 26.000, correspondente a R\$ 0,120652 por ação ordinária do capital social e dividendos no montante de R\$ 138.000, correspondente a R\$ 0,640385 por ação ordinária do capital social, ambos relativos à antecipação do resultado do exercício de 2021, que foram pagos aos acionistas em 2 de julho de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos no montante total de R\$ 613.000, sendo:

- (i) Reversão de Reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 308.162, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,430017 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021;
- (ii) Dividendos no montante de R\$ 287.838, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,335703 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021; e,
- (iii) Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 17.000, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,078887993 e ao valor líquido R\$ 0,067054794 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021.

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de dezembro de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.500, correspondente a R\$ 0,044084 por ação ordinária do capital social, relativos à antecipação do resultado do exercício de 2021, que foram pagos aos acionistas em 24 de março de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de março de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de antecipação dos resultados do exercício de 2021, da distribuição de Dividendos Adicionais no montante de R\$ 273.292, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,268205544 por cada ação ordinária do capital social, que foram pagos aos acionistas no dia 24 de março de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de julho de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de antecipação dos resultados do exercício de 2022, da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 92.680, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,430078 por cada ação ordinária do capital social, que foram pagos aos acionistas em 02 de agosto de 2022 e 02 de setembro de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de julho de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de reversão da reserva de lucros a realizar, da distribuição de dividendos no montante de R\$ 155.158, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,720004 por cada ação ordinária do capital social, que foram pagos aos acionistas em 02 de setembro de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de dezembro de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de antecipação dos resultados do exercício de 2022, da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 60.000, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,278428 por cada ação ordinária do capital social, e ainda aguarda pagamento aos acionistas.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Adicionalmente, a Companhia está deliberando dividendos complementares à remuneração mínima obrigatória do exercício 2022, no montante de R\$ 196.570.

A movimentação de proventos propostos e pagos pela administração aos acionistas da Companhia referentes aos exercícios de 2022 e 2021 está composta da seguinte forma:

	2022	2021
Saldo Inicial	9.500	92.349
JCP deliberados no exercício	152.680	52.500
Pagamento de JCP no exercício	(102.180)	(67.900)
Dividendos deliberados no exercício	428.450	802.220
Pagamento de dividendos no exercício	(428.450)	(869.669)
Dividendos complementares à remuneração mínima obrigatória	196.570	-
	256.570	9.500

11 Debêntures liquidadas

Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 450 milhões, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 450.000 debêntures, cada uma com o valor nominal de R\$ 1.000,00, sendo remuneradas ao custo de 112% do CDI.

As debêntures foram reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para reforço de caixa da Companhia.

Nos termos da cláusula 5.20 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Litel Participações S.A (“Escritura de Emissão”), é facultado ao emissor, realizar o Resgate Antecipado Facultativo a qualquer momento, a partir de 15 de outubro de 2020 (inclusive), com relação ao total das Debêntures.

Diante disso, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de março de 2021, foi autorizado o Resgate Antecipado Facultativo das debêntures, mediante o pagamento da totalidade do saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures de R\$ 150.000, acrescido dos juros remuneratórios devidos até essa data, calculados *pro rata temporis* de R\$ 1.311 (dos quais R\$ 644 foram reconhecidos no resultado da Companhia em março de 2021 como Despesas financeiras), acrescido do prêmio aos debenturistas no valor de R\$ 587. Com a liquidação das debêntures também foram reconhecidas no resultado do referido período as despesas de captação, no valor de R\$ 1.426.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

12 Despesas administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(2.282)	(2.675)
Remuneração de conselheiros e diretores	(410)	(346)
Tributos e Contribuições (*)	(12.760)	(5.854)
Outros	(14)	(11)
	<u>(15.465)</u>	<u>(8.886)</u>

(*) Referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale.

13 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	7.293	4.123
Variações monetárias - créditos fiscais	2.519	579
	<u>9.812</u>	<u>4.702</u>
Despesas financeiras		
Tributos sobre receitas financeiras	(466)	(219)
Juros s/ debêntures	-	(644)
Prêmio s/ debêntures	-	(587)
Outras despesas financeiras	(1)	(109)
	<u>(467)</u>	<u>(1.559)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>9.345</u>	<u>3.143</u>

14 Reconciliação dos tributos sobre o lucro – Demonstração do resultado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.778.733	1.941.403
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	604.769	660.077
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	(612.165)	(662.296)
Receita de juros sobre o capital próprio	46.596	21.264
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	(51.911)	(21.046)
Resultado de equivalência patrimonial	(637.322)	(637.322)
Resultado de variação de percentual de participação societária	(62.446)	(25.193)
Outros	-	1
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(7.396)	(2.219)
Imposto de renda e contribuição social s/ prejuízo fiscal não constituídos	7.396	2.219
Tributos sobre o lucro	-	-

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

No exercício de 2022, o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL é de R\$ 41.212, cujo IRPJ e CSLL diferidos totalizam R\$ 14.012 (34% sobre R\$ 41.212) os quais não foram reconhecidos na contabilidade, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável. Em 2021, os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL eram de R\$ 19.459, cujo IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos na contabilidade totalizavam R\$ 6.616 (34% sobre R\$ 19.459).

15 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; e (iii) doutrina e jurisprudência aplicáveis a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como perda provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37).

Litígios Elétron:

Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio (“Transação”) entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da Ação de Execução, encerrando todos os três litígios que envolviam as partes (Arbitragem nº 2010.00863 - “Expansão Valepar”, Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905 – 3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326-60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extinta a execução, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil, Elétron conferiu quitação à Litel e à Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrestrita, em caráter irrevogável e irrevogável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar.

Em novembro de 2018, Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo tramita em segredo de justiça e é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. Em resposta, Bradespar e Bradesplan apresentaram em março de 2019 a contestação e reconvenção. Na reconvenção, Bradespar e Bradesplan pleiteiam uma indenização equivalente a R\$ 705.000, a qual é classificada como chance de perda possível pelos advogados que patrocinam a causa. A Companhia, na sequência, apresentou sua réplica e resposta à reconvenção.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em dezembro de 2019, o juízo de primeira instância proferiu sentença julgando improcedente o pedido da Litel e parcialmente procedente o pedido reconvenicional de Bradespar e Bradesplan para condenar a Litel ao pagamento de R\$ 470.094. Os assessores jurídicos da Litel apresentaram Recurso de Apelação em junho de 2020, visando à reforma da sentença.

Em janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, deu provimento ao Recurso de Apelação, reformando integralmente a decisão de primeiro grau para condenar a Bradespar ao pagamento do valor de R\$ 1.410.000. Foi ainda julgada improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel. Contra o acórdão que julgou a apelação da Litel, Bradespar e Nova Paiol (novo nome da Bradesplan) opuseram embargos de declaração, os quais foram respondidos pela Litel. Em agosto de 2021, a turma julgadora, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente os embargos de declaração apenas para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais de 10% para 2% sobre o valor da condenação da ação principal e sobre o valor da reconvenção. Em seguida, Bradespar, Nova Paiol e Litel interpuseram recurso especial. Os autos foram remetidos para a 3ª Vice-Presidência do TJRJ e as partes intimadas para apresentar contrarrazões. Em 19 de outubro de 2021, a Litel protocolou suas contrarrazões ao recurso especial da Bradespar e Nova Paiol. Os recursos especiais foram redistribuídos ao Min. Marco Buzzi, após a declaração de suspeição do Min. Antônio Carlos Ferreira e, atualmente, aguardam o julgamento.

Processo Administrativo Fiscal

A Litel é parte do processo administrativo fiscal nº 16682.721336/2021-51 oriundo de um de auto de infração para exigência de IRPJ, CSLL e multa isolada decorrente do suposto não oferecimento à tributação de ganhos obtidos pela Litel quando da incorporação da VALEPAR pela VALE, ocorrida no ano-calendário de 2017. Em 31 de dezembro de 2022, o valor envolvido aproximado é de R\$ 619.754 e os advogados classificam como perda possível. Atualmente, o processo aguarda julgamento no CARF.

16 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, exceto os depósitos bancários e as aplicações detidas junto ao Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, bem como não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

Conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de maio de 2022, cada membro da diretoria da Companhia faz jus à remuneração mensal de R\$ 7. O total pago em 2022 foi de R\$ 154 (R\$ 144 em 2021).

O Conselho de Administração da Companhia faz jus à remuneração mensal de R\$ 11 para cada membro, conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de maio de 2022. O total pago em 2022 foi de R\$ 256 (R\$ 202 em 2021).

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 256.570 (R\$ 9.500 em 2021), relativo ao passivo com partes relacionadas refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, que poderão ser quitados quando do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

17 Eventos subsequentes

Deliberação de proventos da Vale

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 16 de fevereiro de 2023, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 8.130.338, correspondente ao valor total bruto de R\$ 1,827.646 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 136.767 a título de dividendos, dos quais R\$ 97.906 já foram reconhecidos contabilmente como dividendos mínimos obrigatórios a receber nestas demonstrações financeiras. Os proventos foram pagos em 22 de março de 2023.

* * *

Carlos Eduardo Reich de Sampaio – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcelle Santos de Vasconcellos – Diretora sem designação específica

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

Litel Participações S.A.
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A
Companhia Aberta
CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os diretores da Litel, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Litel relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Reich de Sampaio – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcelle Santos de Vasconcellos – Diretora sem designação específica

Litel Participações S.A.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A

Companhia Aberta

CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os diretores da Litel, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Litel referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Reich de Sampaio – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcelle Santos de Vasconcellos – Diretora sem designação específica